

OS ESPECTROS DE ERICO VERISSIMO: UMA ANÁLISE DECOLONIAL DO ELEMENTO FANTÁSTICO EM *INCIDENTE EM ANTARES*

THE SPECTRES OF ERICO VERISSIMO: A DECOLONIAL ANALYSIS OF THE FANTASTIC ELEMENT IN *INCIDENTE EM ANTARES*

Clara Lua de Oliveira¹

Universidade Federal de Ouro Preto
<https://orcid.org/0009-0009-9178-3357>
claralua.oliveira@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe, a partir dos conceitos e noções apresentadas por Aníbal Quijano e Enrique Dussel, uma leitura decolonial do elemento fantástico presente em *Incidente em Antares*, obra publicada por Erico Verissimo em 1971. A partir da análise do levante dos mortos descrito na obra, com base na espectrologia de Jacques Derrida, apresenta-se uma possibilidade e interpretação da narrativa que entende a presença da Ditadura Militar como uma forma de sintoma da experiência colonial. Com isso, buscou-se reafirmar a ideia de que a manutenção do colonialismo se dá pela presença de espectros que encarnam a figura dos senhores de escravos que conservam o poder político dentro das fronteiras do eurocentrismo. Assim, proponho um exercício político de revisitação do passado por meio do espaço da ficção, no qual podemos reelaborar nossas experiências, a fim de contribuir para os estudos da crítica literária decolonial e dos estudos anticoloniais como um todo.

PALAVRAS-CHAVES: Decolonialidade; Erico Verissimo; Literatura fantástica.

ABSTRACT

Based on the concepts and notions presented by Aníbal Quijano and Enrique Dussel, this article proposes a decolonial reading of the fantastic element present in *Incidente em Antares*, a novel published by Erico Verissimo in 1971. Based on an analysis of the uprising of the dead described in the book, and on Jacques Derrida's spectrology, we present a possible interpretation of the narrative that understands the presence of the Military Dictatorship as a form of symptom of the colonial experience. The aim is to reaffirm the idea that colonialism is maintained by the presence of spectres that embody the figure of slave masters who retain political power within the boundaries of Eurocentrism. Thus, I propose a political exercise of revisiting the past through the space of fiction, in which we can re-elaborate our experiences, in order to contribute to the studies of decolonial literary criticism and anti-colonial studies as a whole.

KEYWORDS: Decoloniality; Erico Verissimo; Fantastic literature.

¹ Mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; Estudos Literários.

Introdução

O trabalho que se desenvolve nas próximas páginas é um recorte específico de um longo estudo desenvolvido nos últimos dois anos, a respeito da obra *Incidente em Antares*, de Erico Verissimo. Publicada originalmente no ano de 1971, a obra do autor gaúcho conta a história da pequena cidade fictícia localizada no Rio Grande do Sul, próxima à fronteira com a Argentina, na qual um acontecimento insólito se desenvolve. O texto é dividido em duas partes: a primeira intitulada *Antares*, na qual é narrada a história da cidade, bem como de seus habitantes e, concomitantemente, a história do Brasil, sobretudo a partir do momento em que Getúlio Vargas entra para a política. A segunda parte, *O Incidente*, é por sua vez, toda dedicada à narrativa do fatídico incidente ocorrido em 13 de dezembro de 1963.

Um leitor já familiarizado com a obra saberá de antemão que, muito mais do que uma narrativa sobre uma pequena cidade assolada por um fato macabro, *Incidente em Antares* é também uma espécie de denúncia a respeito da falta de liberdade que sondou a sociedade brasileira entre os anos de 1964 e 1988, período no qual os militares assumiram o comando do país. No cerne da narrativa, também encontramos indícios que nos ajudam a confirmar essa possibilidade de leitura da obra, uma vez que o incidente tem como protagonistas sete mortos que, tendo ficado insepultos por conta de uma greve geral, voltam à vida para exigir seu direito de ser enterrados.

A riqueza com que Erico Verissimo constrói a obra nos permite encontrar inúmeras chaves de leitura para o texto. Algumas delas estão presentes em “Dobras, brechas e fissuras: uma leitura decolonial de *Incidente em Antares*, de Erico Verissimo”, dissertação de mestrado da qual este trabalho é, se não um fruto, uma espécie de extensão. Partindo do pressuposto de que a Ditadura Brasileira e, portanto, sua representação na obra seriam uma espécie de sintoma da experiência colonial, buscou-se aprofundar um pouco mais em um aspecto específico do texto de Verissimo: a presença do elemento fantástico.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é, sobretudo, propor uma espécie de exercício político de interpretação, buscando muito mais instigar perguntas do que encontrar respostas para questões de qualquer ordem. Para isso, todas as reflexões apresentadas a seguir devem ser consideradas a partir dos pressupostos e conceitos apresentados pelos estudiosos da decolonialidade, que aqui será entendida como uma política cujo objetivo principal é nos afastar (como comunidade) da epistemologia, cultura e de forma geral, das dinâmicas sociais que são sustentadas (ou ainda, que sustentam) a presença da colonialidade nos dias atuais.

O mito fundador: Modernidade/Colonialidade

A origem dos estudos decoloniais se deu nos últimos anos da década de 1990, quando um coletivo de estudiosos latino-americanos formou o Grupo Modernidade/Colonialidade, mas essa não era a primeira vez que intelectuais se juntavam para discutir a respeito do colonialismo. Não é nosso intuito aqui resgatar toda a história do pensamento “pós-colonial”, no entanto, é preciso fazer algumas consi-

deações a respeito do caminho teórico percorrido até que chegássemos à decolonialidade. Para isso, tomamos como base o artigo de Luciana Ballestrin, “América Latina e o giro decolonial”, no qual a autora nos apresenta, de forma bastante objetiva e completa, a trajetória, a constituição e o pensamento do já mencionado Grupo Modernidade/Colonialidade.

A autora menciona a criação do Grupo de Estudos Subalternos, em 1970, como algo que ajudou a reforçar o “pós-colonialismo” como um movimento epistêmico e político. Liderado por Ranajit Guha, “um dissidente do marxismo indiano” (Ballestrin, 2013, p. 92), o objetivo do grupo era “analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana” (Grosfoguel, 2008, p. 116 *apud* Ballestrin, 2013, p. 92).

Inspirados por esse movimento ocorrido no sul da Ásia, estudiosos da América Latina criaram em 1992 o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, colocando definitivamente o continente dentro do debate pós-colonial. Em seu manifesto inaugural, publicado em uma coletânea de artigos organizada por Eduardo Mendieta e Santiago Castro-Gómez, em 1998, o grupo declara que:

O trabalho do Grupo de Estudos Subalternos, uma organização interdisciplinar de intelectuais sul-asiáticos dirigida por Ranajit Guha, inspirou-nos a fundar um projeto semelhante dedicado ao estudo do subalterno na América Latina. O atual desmantelamento dos regimes autoritários na América Latina, o final do comunismo e o conseqüente deslocamento dos projetos revolucionários, os processos de democratização, as novas dinâmicas criadas pelo efeito dos meios de comunicação de massa e a nova ordem econômica transnacional: todos esses são processos que convidam a buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente. Por sua vez, a mudança na redefinição das esferas política e cultural na América Latina durante os anos recentes levou a vários intelectuais da região a revisar epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanidades. A tendência geral para uma democratização outorga prioridade a uma reconceitualização do pluralismo e das condições de subalternidade no interior das sociedades plurais (Grupo latino-americano de Estudos Subalternos, 1998, p. 70 *apud* Ballestrin, 2013, p. 94).

Todavia, por conta dessas divergências, o Grupo de Estudos Subalternos Latino-americano foi desfeito e, paulatinamente, o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) foi sendo construído, tendo como principal figura de liderança o autor Walter Dignolo. Através de conferências, publicações e outros eventos do tipo, diferentes estudiosos, de diferentes áreas do saber e diferentes nacionalidades, foram aos poucos aderindo ao pensamento/política decolonial, como é o caso de Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Immanuel Wallerstein, Santiago Castro-Gómez, Catherine Walsh e muitos outros.

Um dos conceitos fundamentais utilizados pelo grupo é a ideia de colonialidade do poder, originalmente desenvolvida por Quijano e depois incorporada aos debates do M/C. A expressão se trata de uma constatação simples: o fim do colonialismo como forma de regime político não significou o fim do colonialismo como forma de “regime epistêmico/cultural/econômico”. Podemos assumir duas interpretações para a ideia de “colonialidade do poder”: por um lado, temos a denúncia da “continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas cultu-

ras coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (Grosfoguel, 2008, p.126); e, por outro, temos “uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade” (Ballestrin, 2013, p. 100).

A noção de modernidade é outro fator importante para o M/C, já que de acordo com Quijano,

a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2000, p. 342).

Em outras palavras, os pilares de fundamentação do capitalismo colonial/moderno foram as noções de raça, gênero e trabalho, sendo a primeira “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (Grosfoguel, 2008, p. 123). Além disso, a entrada da América na lógica global teria sido fundamental para a consolidação da modernidade/colonialidade eurocêntrica. Primeiro porque, diferente do que o mundo vinha experimentando antes, essa mudança tratava não da modificação/conquista de um espaço já conhecido, mas sim da descoberta de um novo lugar. Segundo porque foi a partir da invasão do continente que a oportunidade de acúmulo primitivo de capital se desenhou no horizonte europeu.

Por isso, de acordo com Dussel, a modernidade nada mais é do que um mito criado para ocultar a colonialidade. A explicação para essa conclusão aparece traçada no artigo de Luciana Ballestrin, que retoma a afirmação de Quijano de que a noção de raça em seu sentido moderno é uma invenção, uma categoria mental da colonialidade, criada para garantir um tipo de classificação social que favorecia os brancos.

Assim, “a modernidade, assentada e iniciada nesses pilares, justifica uma ‘práxis irracional da violência’” (Dussel, 2000, p. 49 *apud* Ballestrin, 2013, p. 101) e pode ser entendida como um mito que oculta a colonialidade. A partir disso, podemos assumir um ponto de vista que leva em consideração que toda a história moderna nada mais é do que a continuidade ininterrupta da colonização. Um bom exemplo disso são as eleições de 2018, que elegeram Jair Messias Bolsonaro para o cargo de chefe de Estado brasileiro. Na época, uma palavra era muito utilizada para se referir ao político: mito.

Outro mito muito presente em nossa história é o do descobrimento, a ideia de que os portugueses descobriram o Brasil. Seja nas escolas ou mesmo na vida cotidiana, a história que conhecemos sobre nosso país é uma história embranquecida, contada pelos brancos e para os brancos. No entanto, recentemente, muitos têm sido os esforços para reverter este quadro e apresentar uma história que assuma o protagonismo e a importância de outros sujeitos. O *podcast* Projeto Querino, produzido pela Rádio Novelo, é um exemplo disso. Nele, conhecemos a história do Brasil que nunca nos foi dita – ou seja, a história da nossa formação nacional vista e contada por sujeitos negros.

Segundo o apresentador Tiago Rogero e os convidados do *podcast*, o Brasil foi colônia de Portugal por mais de 300 anos. Durante todo esse tempo, e mesmo depois dele, o pilar fundamental de

funcionamento da sociedade era a escravidão – ou seja, a exploração do conhecimento e do trabalho de indígenas e africanos foi a base estrutural de nossa sociedade. Em 1807, a família real portuguesa desembarcou no Rio de Janeiro e, com isso, o Brasil foi “promovido” de colônia a Reino Unido a Portugal.

Acontece que, em certo momento, a estadia da corte portuguesa em solo brasileiro começou a incomodar os portugueses. Em 1820, estourou a Revolução do Porto, que defendia a formação de uma monarquia constitucional e que exigia o retorno imediato de Dom João VI para a metrópole. É nesse momento que Dom Pedro I (na época, apenas Dom Pedro) assume o posto de comando do Brasil.

No entanto, fora do mundo tropical do ex-príncipe, agora Rei, uma série de fatores começaram a criar inseguranças entre a elite escravista do país: aconteceu a Revolução do Haiti (1791–1804), único registro na história de uma insurreição bem-sucedida organizada por escravizados; havia um rumor de que, com a volta de Dom João para Portugal, o Brasil seria recolonizado (portanto, rebaixado de Reino Unido a Portugal para o posto de colônia). A Inglaterra, que havia assegurado a fuga da família real e se transformado na maior parceira econômica do Brasil naquele momento, há muito vinha pressionando pelo fim do tráfico de escravizados (que, diga-se de passagem, se estendeu até o último centímetro possível no Brasil).

Todos esses fatores punham em risco a hegemonia do território brasileiro e, pelo medo da elite, de perder todas as riquezas conquistadas até então, aliado com o medo de que os escravizados se rebelassem da mesma forma que ocorreu no Haiti, que a independência do Brasil foi proclamada. Ou seja, o Estado brasileiro surgiu como forma de assegurar a continuidade da escravidão. Marilena Chauí, no capítulo “O mito da não violência brasileira”², comenta o fato de que “nossa sociedade conheceu a cidadania através de uma figura inédita: o senhor (de escravos) cidadão” (Chauí, 2017, p. 45).

Essa é uma questão com muitas nuances, no entanto, não é nosso objetivo debatê-las a fundo neste trabalho (para aprofundamento nessa questão, recomendo fortemente o *podcast* do Projeto Querino). Todavia, quando Dom Pedro I renuncia o trono em favor de seu filho, que na época tinha apenas cinco anos de idade, o Marquês de Barbacena propõe que seja feita uma lei brasileira para pôr fim no tráfico de escravizados. A proposta era de que nenhum africano sequestrado entrasse no Brasil a partir do sancionamento da lei, mas, caso isso acontecesse, esse africano deveria ser considerado livre assim que desembarcasse em solo brasileiro.

Essa lei foi relativamente cumprida por aproximadamente quatro anos, no entanto, a elite política brasileira, formada majoritariamente por homens brancos que dependiam da escravidão para continuar acumulando suas riquezas, começou a atacar e pressionar para que ela fosse derrubada. Isso não acontece, mas o tráfico não para e, a partir desse momento, passa a ser feito de maneira ilegal – ou seja, não se tratava mais de tráfico, mas sim de contrabando.

Citando indiretamente a fala de um dos entrevistados do segundo episódio do *podcast* Projeto Querino, as forças responsáveis por “enterrar viva” essa lei são as mesmas forças que ajudaram a eleger Jair Bolsonaro em 2018, e as mesmas forças responsáveis pelo golpe militar de 1964 – veja, não são as mesmas pessoas, mas o mesmo espectro da política.

A partir dessa afirmação, encontramos um dos pilares fundamentais de sustentação da ideia de-

2 O capítulo é parte da obra *Sobre a violência*, publicada por Chauí em 2017.

fendida aqui: ao escrever sobre o período ditatorial de 1964, Erico Verissimo evoca em seu texto a presença de espectros que assombram a sociedade brasileira desde sua origem. São esses fantasmas que precisamos exorcizar.

O fantástico em Erico Verissimo

Um espectro ronda o Brasil, assim como, para Karl Marx e Friedrich Engels, um espectro rondava a Europa em 1848. No caso dos autores alemães, o fantasma em questão era o comunismo, e é a partir dessa sugestão que Jacques Derrida desenvolve seu texto *Espectros de Marx* (1993). Por mais que se trate de um autor cujos escritos não estão necessariamente relacionados com a política decolonial, é possível, e acreditamos que necessário, transpor alguns de seus conceitos para este trabalho a fim de proporcionar a estes uma espécie de sobrevida, para já adiantar um dos termos usados pelo filósofo.

Na obra em questão, Derrida parte da frase que abre o *Manifesto Comunista* (1848) para elaborar suas ideias. A sugestão de que “Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo” (Marx; Engels, 2010, p. 39) leva Derrida a se debruçar sobre as heranças do pensamento marxista no mundo contemporâneo. Para os fins deste trabalho, enfatizamos exclusivamente a questão do espectro e a forma como essa é teorizada pelo filósofo. Para orientar esse percurso, que deve ser breve, mas, ainda assim, completo, utilizaremos as observações feitas por Erika Viviane Costa Vieira em sua tese de doutorado *Espectros de Hamlet: questões de adaptação e apropriação* (2012).

O motivo pelo qual recorremos a esse trabalho se dá, em primeiro lugar, pela dificuldade em acessar a obra de Derrida e, em segundo, pelo fato de que Erika, em seu estudo, parte especificamente de uma leitura metafórica do texto filosófico em questão, o que para os fins desta pesquisa é de muita importância. Para fazer seu debate, a autora começa recuperando o conceito de sobrevivência elaborado por Walter Benjamin em “A tarefa-renúncia do tradutor” (2008). Pensando na palavra do ponto de vista etimológico, o termo “sobrevivência” sugere uma ideia de sobrevida, algo que transcende a existência atual, um continuum que caminha rumo ao porvir.

Já a espectralidade de Derrida “assume uma existência anterior que não mais se faz presente, ou se corporifica no presente, cuja existência, porém, se dá ‘assombrando’, como uma aparição daquilo que um dia foi” (Vieira, 2012, p. 15). No entanto, não se pode ignorar o fato de que, ainda que partam de pressupostos distintos, a espectralidade é uma espécie de sobrevivência, à medida em que o espectro é aquilo que, de alguma forma, burla a morte e sobrevive a ela em forma de assombro. Nas palavras de Erika Viviane Costa,

Sobrevida significa o prolongamento da existência, além da morte. Dentre as formas de sobrevida, certamente está a espectral. Ao tratar da possibilidade de o corpo reaparecer após a morte e, o mais importante, da possibilidade do reencontro com os mortos, Derrida (1994) encontra motivos para desenhar sua ‘espectropoética’. (Vieira, 2012, p. 46).

A relação do pensamento derridariano com os escritos marxistas se dá a partir da frase inicial do *Manifesto Comunista*. Derrida elabora a tese de que Marx é hoje, em nossos dias, um espectro, tal qual o comunismo foi para a Europa. Derrida, no entanto, vai além e propõe uma espécie de aproximação entre os escritos de Marx e a peça teatral *Hamlet*, de William Shakespeare, baseando-se no fato de que ambos começam com a aparição de um fantasma/espectro – no manifesto, o comunismo; em *Hamlet*, o rei assassinado pelo irmão que pede ao filho que sua morte seja vingada.

Em ambos os casos, o espectro aparece como um ente não corpóreo, mas que ainda assim manifesta a sua presença e recupera, por assim dizer, uma existência passada. Assim, os fantasmas podem ser lidos como a presença de uma ausência e/ou a ausência de uma presença, ocupando assim um entre-lugar³, frustrando a clássica frase dita por Hamlet: “ser ou não ser”. Todavia, muito mais do que entender a especificidade do ponto de vista filosófico, aqui também nos interessa pensar a aparição dos fantasmas de um ponto de vista mais literário, sobretudo levando em consideração algumas questões imbricadas dentro da categoria que convencionalmente chamamos de literatura fantástica.

A própria palavra “fantástica” remete ao fantasma, ainda que seu sentido não esteja limitado a essa relação. Basta saltar novamente para o campo da etimologia que fica fácil perceber que ambas as palavras, mas principalmente seus significados, estão completamente articulados. “Fantástico” vem do Grego *phantastikós* – fazer aparecer. Algo semelhante se nota em Fantasma, também do Grego *phantazein* – aparição, sonho. Em uma simplificação objetiva, o primeiro está para a ação de, e o segundo para o ato de.

Tomando a liberdade de propor uma ressignificação que nos auxilie no processo de análise de *Incidente em Antares*, podemos pensar que o fantástico (pelo menos do ponto de vista da literatura) é o entre-lugar ocupado pelos fantasmas, ou seja, aquele ou aquilo que ganha sobrevida e assombra o porvir. Sua aparição corresponde àquilo que não se extinguiu, aquilo que sobreviveu a sua ausência e, por isso, se tornou uma presença não corpórea.

Quanto à questão dos fantasmas, acredito que conseguimos delimitar as fronteiras com as quais pensaremos essa existência. Resta, agora, escrever brevemente a respeito do fantástico, mas principalmente da literatura fantástica na América Latina, para que seja possível observar essas aparições no texto de Erico Verissimo. Assim como acontece com a espectrologia e a ontologia no geral, o campo da literatura fantástica é vasto, rico e inesgotável, e não é objetivo deste trabalho esmiuçar em detalhes as nuances desse debate. Sendo assim, evitaremos rodeios e, indo direto ao ponto, usaremos como principal referência o texto de Irène Bessière, *O relato fantástico: forma mista do caso e da adivinha*, no qual a autora afirma que:

Todo estudo do relato fantástico é sintético, não por evocar ou intuir uma lei artística (ou de certa regulação anormal do universo ou da psique humana), mas por uma perspectiva polivalente. O relato fantástico provoca a incerteza ao exame intelectual, pois coloca em ação dados contraditórios, reunidos segundo uma coerência e uma complementaridade próprias. Ele não define uma qualidade atual de objetos ou de seres existentes, nem constitui uma categoria ou um gênero literário, mas supõe uma lógica narrativa que é tanto formal quanto temática e que,

³ Termo elaborado e apresentado por Homi Bhabha em sua obra *O lugar da cultura*.

surpreendente ou arbitrária para o leitor, reflete, sob o jogo aparente da invenção pura, as metamorfoses culturais da razão e do imaginário coletivo [...] O relato fantástico é, por si mesmo, sua causa, como todo relato literário; a descrição semântica não deve fazê-lo ser assimilado nem pelos testemunhos ou meditações sobre os fatos extra-naturais, nem pelo discurso do subconsciente: ele é comandado do interior por uma dialética de constituição da realidade e da desrealização própria do projeto criador do autor (Bessière, 2012, p. 305-306).

Bessière argumenta que o relato fantástico é, em sua essência, paradoxal, já que tensiona a realidade, mas não necessariamente a recusa – pelo contrário, o argumento do texto fantástico é, em grande medida, a própria realidade, ainda que ele [o fantástico] a burle, a desconfigure. Pensado pela modernidade, “o relato fantástico se torna o discurso coletivo mais disparatado, em que se concentra tudo o que não se pode dizer na literatura oficial” (Bessière, 2012, p. 316). Ainda que as contribuições da autora sejam valiosas para compreender, ou ao menos ordenar o pensamento a respeito do fantástico, é Gabriel García Márquez (Gabo) quem apresenta, ainda que sem intenção, uma teorização a respeito do fantástico que se relaciona mais estritamente com as experiências latino-americanas e seu reflexo no mundo literário.

Em 1982, quando ganhou o Prêmio Nobel de Literatura, Gabo fez um discurso no qual acredito que está contida a essência do que se entende por fantástico. Ele começa falando sobre o navegante Antônio Pigafetta, que escreveu uma crônica rigorosa sobre a América em sua primeira vinda ao continente. “Esse livro breve e fascinante [...] não é ainda assim o testemunho mais assombroso de nossa realidade daquele tempo” (Márquez, 2014, p. 12). A certo ponto, Gabo começa a citar inúmeros acontecimentos

“fantasmagóricos” que aconteceram na América Latina como, por exemplo, as ditaduras que assolaram os países latinos, as 20 milhões de crianças latino-americanas [que] morreram antes de fazer dois anos, mais do que todas as crianças que nasceram na Europa desde 1970. [...] Numerosas mulheres presas grávidas [que] deram à luz em cárceres argentinos, mas ainda se ignora o paradeiro e a identidade de seus filhos, que foram dados para adoção clandestina ou internados em orfanatos pelas autoridades militares (Márquez, 2014, p. 12-13).

Diante desse cenário devastador, o autor colombiano argumenta que essa realidade descomunal que transcende a expressão literária e que vive conosco determinando os instantes de nossas numerosas mortes cotidianas é o que sustenta nosso manancial de criação.

Poetas e mendigos, músicos e profetas, guerreiros e malandros, todos nós, criaturas daquela realidade desaforada, tivemos que pedir muito pouco à imaginação, porque o maior desafio para nós tem sido a insuficiência dos recursos convencionais para fazer crível nossa vida. Este é, amigos, o nó de nossa solidão (Márquez, 2014, p. 13).

Como afirma Bessière (2012, p. 307), o relato fantástico “não contradiz as leis do realismo literário, mas mostra que essas leis se tornaram irrealistas, visto que a atualidade é considerada totalmente problemática”. Considerando que o foco deste trabalho é explorar o elemento fantástico e suas possí-

veis interpretações na obra de Erico Verissimo, podemos, a partir da afirmação de Bessière, estabelecer duas linhas investigativas a respeito do assunto.

A primeira recai em um núcleo de personagens que está presente na obra desde o início: os Vacarianos e os Campolargos, duas famílias proprietárias de terras que, ao longo de muitas gerações, disputam o poder em Antares. Segundo Daniel Fresnot em seu livro *O pensamento político de Erico Verissimo*, os próprios sobrenomes Vacariano e Campolargo “já são significativos de sua posição social, a sempiterna oligarquia rural” (Fresnot, 1977, p. 61)⁴.

Mesmo na segunda parte da obra, na qual podemos perceber uma maior presença de figuras como o prefeito da cidade, Vivaldino Brazão, o delegado de polícia, Inocência Pigarço, e outras figuras distintas responsáveis por governar e gerir a cidade, é dos Vacarianos, mais especificamente de Tibério Vacariano, a palavra final. Nada acontece sem que o Coronel Tibério se envolva e sem que seus interesses sejam levados em consideração.

Ainda que em *Incidente em Antares* – assim como em outras obras de Verissimo, como *O Tempo e o Vento* – os caudilhos sejam representados como uma *espécie em extinção*⁵, é inegável que sua presença reforça a tese de que vivemos em uma sociedade cujo poder político evoca constantemente determinados espectros. Em outras palavras, a derrocada dos caudilhos não necessariamente implicaria a queda de uma política da violência e da brutalidade, como fica muito bem explicitado no decorrer do texto.

Na segunda parte do livro, dedicada a narrar o insólito incidente de levante dos mortos e suas consequências para a cidade, temos um momento de extrema importância: a corte pública que se forma na praça central da cidade. Diante da negativa do prefeito, que afirma ser impossível sepultar os corpos dos defuntos antes que a greve geral termine, o falecido Cícero Branco e sua comitiva putrefata iniciam uma série de acusações que desmascaram os cidadãos de Antares, expondo corrupções entre o prefeito e Tibério, negligência médica por parte do Dr. Lázaro Bertioga, violência policial e tortura por parte do delegado etc. No entanto, quando ainda se preparavam para caminhar até a cidade e reivindicar seu direito de serem sepultados, o advogado Cícero Branco, um dos mortos, usa a palavra “tanatocracia” para definir o modo de funcionamento daquele grupo. O termo possui o mesmo radical que tanatologia, que, segundo o dicionário Michaelis, nada mais é do que o “estudo ou tratado sobre a morte” (p. 834). Logo, se a tanatologia é o estudo da morte, a tanatocracia é o governo da morte.

No caso do advogado, o uso desse termo se dá como uma maneira de sinalizar que, na hora de tomar decisões que envolvem os sete mortos, será levada em conta a decisão da maioria, tal qual acontece em um governo democrático. No entanto, longe desse contexto, a palavra tanatocracia é frequentemente utilizada como forma de se referir a governos nos quais a morte é tida como uma política de estado. Segundo o professor José Claudio Souza Alves, em sua coluna na “Revista Contrapoder”,

4 É curioso observar que, apesar de suas desavenças, no momento em que ambos os clãs veem seu status de poder ameaçado, as famílias se unem em prol da manutenção de seus interesses como classe, deixando a rivalidade de lado. Na narrativa, esse momento é marcado pela passagem de Getúlio Vargas que, em visita a Antares, consegue aliar as forças de Vacarianos e Campolargos para ajudarem em sua eleição.

5 A medida que a narrativa avança para os anos 1920, a força política dessas figuras em Antares já não é mais a mesma, daí a sagaz comparação feita por Erico entre os fósseis encontrados na região e as figuras de Xisto e Benjamim, os então patriarcas das famílias.

Michel Foucault consagrou-se nos conceitos de genealogia, tecnologia, disciplina, dispositivo e governamentalidade elaborando uma teoria do poder que controla corpos vivos, numa biopolítica esmiuçada em sua obra. Achile Mbembe avança no outro lado dessa biopolítica, analisando a face oculta da necropolítica, ou seja, o deixar viver e o matar como gerenciamento de mortes, notadamente, com relação aos corpos negros. O bolsonarismo, na sua configuração política, com o aval da juristocracia, sustentação militar e condução cultural vitoriosa pelo hackeamento das redes sociais via fake news transformou o Brasil no maior e mais profundo laboratório não do controle de corpos vivos, ou de gerenciamento das mortes, mas de administração da morte em si mesma como objetivo. A morte ganha, assim, a potencialidade necessária no estabelecimento do poder. [...] A morte em si como finalidade, como algo almejado, desejado, justificado, planejado, aceito, reconhecido, inimputável, irresponsabilizado, deusificada, suportada, cultuada, ovacionada, orada (Alves, 2021).

No entanto, o autor continua seu texto enfatizando que não se pode atribuir ao bolsonarismo a responsabilidade exclusiva da implementação da tanatocracia como forma de governo. Segundo ele, a raiz da questão é bem mais antiga. Trata-se de

um acúmulo histórico introduzido pelas mãos do colonizador e preservada pelos seus sucessores autóctones, em passagens recorrentes de massacres, extermínios indígenas e negros, dizimação de revoltosos, golpes ditatoriais e sustentação militar de tiranias que povoam o tempo decorrido da nação. (Alves, 2021).

Olhando para a história do nosso país, temos o exemplo da Monarquia no Brasil, que era sustentada pelo regime da escravidão. Quando a prática se torna ilegal, esses senhores de escravos se articulam e, um ano depois, formaram a base de apoio ao golpe que instituiu a República. Ou seja, a República brasileira nasceu pelas mãos dos escravistas e, se não era mais possível escravizar os negros, a solução seria eliminá-los; instaurou-se, então, uma tanatocracia, um governo que tinha (e até hoje tem) a morte, sobretudo das pessoas negras e pobres, como política de Estado.

Discorremos sobre essa ideia de governo da morte dando como exemplo dois períodos históricos bastante recentes: o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019–2022) e a Ditadura Militar de 1964, exatamente um ano após os acontecimentos insólitos que marcaram a história da pequena Antares. É nesse sentido que, ao escolher o título deste capítulo, optamos pelo uso do adjetivo “fantástica” para nos referirmos à narrativa de Verissimo. Ao contrário do que o termo pode sugerir numa primeira leitura, não se trata do fantástico (somente) em termos de movimento literário. É fantástica no sentido mais corriqueiro da palavra, algo estupendo, incrível.

É fantástica, pois, de maneira sutil, mas extremamente bem arquitetada. Erico Verissimo nos apresenta uma obra complexa, grave e que aponta para aquilo que propomos como tese fundamental desta pesquisa: a Ditadura Militar e todos os governos (democraticamente eleitos ou não) que evocam o espectro dos conquistadores e senhores de escravos são um sintoma inerente do coma colonial do qual nunca fomos capazes de acordar.

Conclusão

A liberdade e a dignidade humana sempre estiveram na mira do escritor que acreditava que seu papel como “contador de histórias” era justamente o de desvelar a realidade e fazer um corte transversal na sociedade brasileira. Ainda que cronologicamente e mesmo teoricamente o trabalho de Erico Verissimo não apresente nenhuma ligação evidente com a política decolonial, encontramos, a partir da introdução da crítica ao regime militar em *Incidente em Antares*, uma brecha para analisar o texto sob o ponto de vista da decolonialidade.

Nas entrelinhas do texto, ou melhor, em seus desdobramentos, é possível identificar não somente as posturas que, de acordo com Quijano, são a garantia de que o colonialismo encontrou uma sobrevida como forma de governo epistêmico, cultural, social, econômico, etc., como também as consequências máximas desse regime político que, muitas vezes, se esconde nas fissuras da nossa democracia.

Também é possível estabelecer, ainda que de maneira frágil, uma relação entre *Incidente em Antares* e aquilo que nomeamos aqui como política decolonial, principalmente pelo fato de que, ao tratar de um dos períodos de maior violência, perseguição, censura e, em resumo, cerceamento dos direitos civis da história recente do Brasil, Erico Verissimo evidencia que o poder nunca saiu das mãos dos senhores de escravos, coronéis e, de modo geral, daqueles que comandam a grande Engrenagem.

Em *Antares*, encontramos um ambiente no qual cada personagem vive suas doutrinas e, ao vivê-las, fazem com que essas apareçam na história de forma orgânica e verdadeira. Não se trata, portanto, de uma defesa desse ou daquele viés político, mas sim da denúncia daquilo que, na visão do autor, deveria ser a pauta mais importante: a perda da identidade e da dignidade humana.

Esse percurso de investigação e denúncia iniciado pelo gaúcho ainda na década de 1950 encontra seu ápice em 1971, com a publicação de *Incidente em Antares*. Por sinal, devemos evidenciar que essa, sim, é a verdadeira protagonista do romance. É *Antares* e suas ruas, suas pessoas e seus acontecimentos que estão no foco do narrador. Seguindo o que aponta Daniel Fresnot, Erico Verissimo foi capaz de criar um espaço fictício que é, ao mesmo tempo, uma cidade com vida e existência própria e um muito bem elaborado protótipo da cidade do interior do Brasil – e por que não pensar do Brasil todo em si (Fresnot, 1977, p. 60).

Quando escrevemos sobre Erico Verissimo, lidamos com um dos autores de maior sucesso de sua época, sendo comparado somente a Jorge Amado. O fato de suas obras serem consumidas até hoje, seja pela leitura dos livros, seja pelas adaptações para novelas e minisséries, apenas reforça a necessidade de atribuir a essas histórias uma leitura decolonial, uma vez que assim atribui-se ao texto uma camada extra de interpretação.

Por fim, não podemos deixar de observar que, ainda que *Incidente em Antares* tenha sido publicado durante o regime militar, o fato de sua narrativa encontrar nos dias de hoje uma compatibilidade tão significativa com a realidade em que vivemos só reforça a ideia de que não é preciso pedir muito da imaginação e da criatividade para o trabalho artístico, uma vez que nossa realidade é assombrada pelos espectros de todos os corpos – sejam literários ou não – que ainda não conseguimos sepultar.

Referências

- ALVES, José Cláudio Souza. *Tanatocracia bolsonarista: a produção da morte como projeto de poder*. Contrapoder, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/tanatocracia-bolsonarista-a-producao-da-morte-como-projeto-de-poder/>. Acesso em: 07 fev. 2024
- BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o giro decolonial*. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 11, p. 89-177, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3X-dYYPbwwXH55jvhv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2023
- BENJAMIM, Walter. A tarefa–renúncia do tradutor. Tradução: Suzana K. Lages. In: HEIDERMAN, Werner (Org.). *Clássicos da teoria da tradução*. Florianópolis: USFC, Núcleo de Tradução, 2001, p. 189-215.
- BESSIÈRE, Irène. *O relato fantástico: forma mista do caso e da adivinha*. Revista FronteiraZ, São Paulo, n. 9, p. 305-319, dez. 2012.
- CHAUÍ, Marilena. O mito da não violência brasileira. In: CHAUÍ, Marilena. *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 29–50.
- COSTA VIEIRA, Erika Viviane. *Espectros de Hamlet: questões de adaptação e apropriação*. 2012. 199 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994. .
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *O manifesto comunista*. Tradução: Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FRESNOT, Daniel. *O pensamento político de Erico Verissimo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *A solidão da América Latina*. Tradução de G. J. Creus Nobel Media AB, 2014. Disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/literature/laureates/1982/marquez-lecture-sp.html. Acesso em: 20 jan. 2024
- PROJETO Querino. Locução de:Tiago Rogero. Rádio Novelo, 06 ago. 2022. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/podcast/>. Acesso em: 20 out. 2023.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder y clasificación social*. Journal of world-systems research, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/index.php/jwsr/article/view/228>. Acesso em: 20 nov. 2023
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.
- SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Tradução: Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2015.
- VERISSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. 39 ed. São Paulo: Globo, 1994.

Artigo enviado em: 2 de junho de 2024

Artigo aceito em: 11 de junho de 2024